



SENADO FEDERAL

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do
Consumidor

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

*DESTINADA A DEBATER E A AVALIAR A QUALIDADE
DOS GASTOS PÚBLICOS E AS MEDIDAS DE
GOVERNANÇA E COMBATE À CORRUPÇÃO*

(REQ nº 4, de 2019 – CTFC)

Plano de Trabalho

Presidente: Senadora **MARA GABRILLI**
Vice-Presidente: Senador
Relator: Senador

**Senado Federal
2019**



SF/19746.24139-19

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A partir da aprovação do Requerimento da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) nº 4, de 2019, em 26 de fevereiro, ficou criada a presente **Subcomissão Temporária sobre a Qualidade dos Gastos Públicos e Combate à Corrupção (GPCC)**, cujo funcionamento dar-se-á durante 365 dias. A Subcomissão ainda não foi instalada. Este plano de trabalho oferece uma proposta de organização das atividades a serem desenvolvidas pela GPCC ao longo do segundo semestre de 2019.

Conforme se demonstra na justificção do Requerimento, compete à CTFC a avaliação da qualidade do gasto público (Regimento Interno do Senado Federal – RISF, art. 102-A, I, *a*), bem como a manifestação de opiniões sobre as políticas de prevenção à corrupção e de modernização de práticas gerenciais da administração pública (RISF, art. 102-A, II, *a e b*).

Adicionalmente, o escopo da Subcomissão Temporária se alinha ao disposto no art. 96-B do RISF, já que a qualidade do gasto público, as práticas de governança e o combate à corrupção são relevantes aspectos da avaliação de políticas públicas e também para as avaliações de impacto legislativo. Ainda, os objetos da Subcomissão perpassam as atividades desenvolvidas pela Instituição Fiscal Independente (Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, art. 1º, II e III) e ao longo do processo legislativo orçamentário.

Os gastos públicos permitem a realização das políticas públicas e, assim, são instrumentos governamentais. O Ministério da Economia, por



meio da Secretaria do Tesouro Nacional, em alinhamento com as práticas adotadas pelo Banco Mundial, define que a “qualidade do gasto público compreende a racionalização e a priorização da eficiência, da equidade e da sustentabilidade das políticas públicas”¹.

Diversas instituições internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) vêm se engajando na difusão de técnicas e de instrumentos de avaliação da qualidade do gasto público nos países, quer seja na ótica da geração de receitas públicas, quer seja mediante mecanismos de controle e de avaliação das despesas realizadas.

No caso da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, tanto o Escritório de Serviços para Projetos (UNOPS) quanto o Escritório sobre Drogas e Crime (UNODC) promovem eventos e práticas de incentivo ao monitoramento e à avaliação de políticas públicas, com especial atenção ao combate à corrupção e à adoção de melhores práticas de governança no setor público.

Academicamente, estudos de monitoramento e avaliação de políticas públicas com ênfase nos gastos públicos apontam como referências internacionais as experiências conduzidas pelo Reino Unido, pelo México e pelo Chile. Quanto à governança e o combate à corrupção, reportam-se práticas bem sucedidas nos Estados Unidos e, uma vez mais, no Reino Unido.

¹ Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, 2015. “Avaliação da Qualidade do Gasto Público e Mensuração da Eficiência”. Disponível em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/COR_LIVRO_Avaliacao_da_Qualidade_do_Gasto_Publico_e_Mensuracao_de_Eficienc.../1e3a7622-3628-4e35-b622-eb3c53b20fc4. Acesso em 9 jul 2019.



No Poder Executivo federal, a gestão da temática é descentralizada. O Comitê Interministerial de Governança é coordenado pelo Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República e os demais membros são o Ministro de Estado da Economia e o Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União (Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017).

A Secretaria da Fazenda e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, ambas do Ministério da Economia, operacionalizam a política fiscal. Por sua vez, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) promovem estudos e outras reflexões acerca da gestão pública e dos recursos públicos no País, em vínculo com o Ministério acima citado.

No que diz respeito à fiscalização e ao controle interno e externo dos atos públicos e da Administração Pública, cabe também mencionar os trabalhos desenvolvidos pela Controladoria-Geral da União (Constituição Federal – CF, art. 70), pelo Tribunal de Contas da União, auxiliando o Congresso Nacional (CF, art. 71), e pelo Ministério Público (CF, art. 127).

Especificamente no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, destacam-se ainda as competências do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf), que tem como missão “produzir inteligência financeira e promover a proteção dos setores econômicos contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo”.



2. ATIVIDADES PROPOSTAS

Para o bom cumprimento da desafiadora tarefa a que se propõe, a Subcomissão pode realizar, inicialmente, as seguintes atividades:

- Detalhamento, ajustes e aceite deste Plano de Trabalho;
- Análise da legislação, regulamentos e normas correlacionadas ao tema, dividida inicialmente em três eixos: qualidade do gasto público, governança e combate à corrupção;
- Análise de proposições em tramitação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados correlacionadas ao tema, dividida inicialmente em três eixos: qualidade do gasto público, governança e combate à corrupção;
- Levantamento de contribuições acadêmicas e de bibliografia sobre o tema;
- Requisição de informações aos órgãos e entidades públicas competentes, em especial o Tribunal de Contas da União e o Ministério da Economia;
- Identificação de partes interessadas no tema, dentro e fora da Administração Pública federal;
- Realização de audiências públicas;
- Realização de ciclos de palestras e debates;
- Realização de visita técnica a projeto de referência internacional;
- Ações pelo *E-cidadania* (opiniões espontâneas e pesquisa de opinião por meio do Data Senado).



Ao fim de 2019, sugere-se a apresentação de relatório preliminar ao plenário da CTFC reportando as primeiras atividades, ao passo que o relatório final deverá ser apreciado e votado pela Comissão até agosto de 2020.

3. CRONOGRAMA

Inicialmente, propomos a seguinte programação. No entanto, outras contribuições, por exemplo, de audiências públicas e mesmo de diligências, poderão ser avaliadas no âmbito da Subcomissão, ensejando ajustes na programação.

Programação do Plano de Trabalho

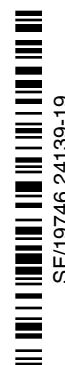
Data	Atividade	Convidados	Temas
Julho de 2019	Reuniões preparatórias	Assessoria da Senadora Mara Gabrielli	Detalhamento e alterações da minuta de Plano de Trabalho.
Julho de 2019	Reuniões preparatórias	Senadora Mara Gabrielli e assessoria	Detalhamento, alterações e aceite (preliminar) do Plano de Trabalho.
Agosto de 2019	Reuniões preparatórias	Assessores dos Senadores membros da Subcomissão (titulares e suplentes) e consultores legislativos	Divulgação e apresentação da minuta de Plano de Trabalho entre as assessorias.



Setembro de 2019	Reunião da Subcomissão	Senadores	Instalação e eleição do Presidente, Vice-Presidente e Relator
Setembro de 2019	Reunião da Subcomissão	Senadores	Aprovação do Plano de Trabalho do Relator.
Setembro de 2019	Reuniões técnicas	Senadores, assessores, consultores legislativos	Reunião interna: discussão e estabelecimento de estratégia para execução do Plano de Trabalho, definição de datas de audiências, de seminários, de missão técnica e diligências; estabelecimento de temas-chaves para debate.
Setembro de 2019	1) Debates – Poder Executivo	Representante do Ministério da Economia – Secretaria Especial da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional Representante do Ministério da Economia – Secretaria Especial da Fazenda – Secretaria de Orçamento Federal Representante do Ministério da Economia – Secretaria Especial da Receita Federal. Representante da Escola Nacional de Administração Pública (ex-ESAF) Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)	Panorama do Estado sobre a qualidade do gasto público e práticas de governança. – Histórico e diagnóstico da situação. – Perspectivas da atuação federal no novo Governo.
Outubro de 2019	2) Debates – Controle interno e Controle externo	Representante da Controladoria-Geral da União	Panorama sobre ações de fiscalização e controle sobre a qualidade do gasto público e práticas de governança. – Histórico e diagnóstico da situação.



		Representante do Tribunal de Contas da União Representante da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal	– Ações em andamento – Pontos de controle.
Outubro de 2019	Reuniões técnicas	Senadores, assessores, consultores legislativos	Reunião interna: análise das notas taquigráficas, conteúdo e dados da audiência pública e validação de informações de interesse.
Outubro de 2019	Reunião da Subcomissão	Plenário da Subcomissão.	Solicitação de dados acerca da execução dos programas relacionados à temática, especialmente em caso de acórdãos e de realização de auditorias.
Novembro de 2019	Reuniões técnicas	Senadores, assessores, consultores legislativos	Análise dos dados e informações levantados até o momento.
Novembro de 2019	Reuniões técnicas	Senadores, assessores, consultores legislativos	Reunião interna: análise das notas taquigráficas, conteúdo e dados da audiência pública e validação de informações de interesse.
Novembro de 2019	3) Debates – Comunidade Acadêmica	Representantes de Universidades Federais e outros centros de pesquisa	Visão da academia sobre a temática.
Dezembro de 2019	Reuniões técnicas	Senadores, assessores, consultores legislativos	Compilação de proposições em tramitação e de ações legislativas já identificadas ao longo dos eventos anteriores para instrução da última reunião do ano da Subcomissão; elaboração de relatório preliminar da Subcomissão.
Dezembro de 2019	Reuniões técnicas	Senadores, assessores, consultores legislativos	Reunião interna: discussão e estabelecimento de estratégia para execução do Plano de Trabalho no próximo semestre, definição de datas de audiências e estabelecimento de temas-chave para debate em 2020.
Dezembro de 2019	Reuniões técnicas	Senadores, assessores, consultores legislativos	Reunião interna: avaliação dos trabalhos e ajuste de cronogramas.
Dezembro de 2019	Reunião da Subcomissão	Senadores, assessores, consultores legislativos	Apresentação dos principais achados do trabalho: discussão do que já foi feito, encaminhamento de propostas e aprimoramento do plano de trabalho para 2020.



Por fim, pretende-se, no primeiro semestre de 2020, realizar um Seminário Internacional sobre Qualidade do Gasto, Governança e Combate à Corrupção, com Representantes do Governo Britânico (por intermédio da Embaixada Britânica no Brasil) e, se possível, do Parlamento Britânico, para que seja apresentada a experiência do País na temática. Pretende-se, ainda, que seja realizada uma missão técnica, com visita *in loco* ao Reino Unido para que os Senadores Presidente, Vice-Presidente e Relator da Subcomissão conheçam as práticas adotadas naquele País.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

